



A Defensoria Pública da União e a Cooperação Internacional

PANORAMA DE MEMORANDOS DE ENTENDIMENTO,
PROJETOS INTERNACIONAIS E REDES
MULTILATERAIS

2025

SUMÁRIO

Introdução	4
Destaques 2025	5

MEMORANDOS DE ENTENDIMENTO

American University	7
Centro de Estudos de Justiça das Américas (CEJA)	8
Comissão de Direitos Humanos da Cidade do México (CDHCM)	9
Comissão Nacional de Direitos Humanos do México (CNDH)	10
Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)	11
Corte interamericana de Direitos Humanos	12
Comisionado Nacional de los Derechos Humanos de Honduras (CONADEH)	13
Defensoría del Pueblo da Bolívia	14
Defensoría del Pueblo da Colômbia	15
Defensoría del Pueblo do Equador	16
Defensoría del Pueblo da República Dominicana	17
Footprint to Freedom	18
Instituto de la Defensa Pública Penal da Guatemala	19
Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos del MERCOSUR (IPPDH)	20
Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ) da República de Moçambique	21
Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos de São Tomé e Príncipe ...	22
Universidade de Wisconsin	23
Organização das Nações Unidas (ONU)	24
◦ Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)	25
◦ Alto comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)	26
◦ Organização Internacional para as Migrações (OIM)	27

Procuradoria-Geral da República da Colômbia (PGN)	28
Procuración Penitenciaria de la Nación Argentina (PPN)	29
Procuraduría para la Defensa de los Derechos Humanos (PDDH) de El Salvador	30
Ministerio de la Defensa Pública do Paraguai	31

PROJETOS INTERNACIONAIS

Apoio ao Fortalecimento do Setor de Justiça de Timor-Leste	33
Fortalecimento de capacidades e inovação promovidas na DPU, em linha com a Agenda 2030	34
Fortalecimento para a Defensoria em Sistemas de Estatísticas, Registros de Dados e Capacitações em Litigância oral	35
Fortalecimento do acesso à justiça em Moçambique	36
Acesso à justiça em São Tomé e Príncipe	37

REDES MULTILATERAIS

Alianza Global del Ombudsperson Local (AGOL)	39
Instituto Latinoamericano del Ombudsman (ILO).....	39
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (REDE CPLP)	39
International Ombudsman Institute (IOI)	40
Federação Ibero-Americana de Onbudsperson (FIO)	40
Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF)	41
Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLODEPM)	42
Reunião das Instituições Públicas de Assistência Jurídica dos Países de Língua Portuguesa (RIPAJ)	43
Reunião Especializada de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (REDPO)	44

REUNIÕES E VISITAS DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	45
---	----

GALERIA DE FOTOS 2025	48
-----------------------------	----

PUBLICAÇÕES	51
-------------------	----

INTRODUÇÃO

A **Defensoria Pública da União (DPU)**, como Instituição de Estado prevista no art. 134 da Constituição Federal de 1988, tem intensificado as relações institucionais internacionais por meio do estabelecimento de redes de cooperação internacional.

Nesse contexto, a Coordenação de Cooperação e Relações Internacionais (CCRI), vinculada à Assessoria Internacional da DPU, é responsável por:

I - coordenar a articulação entre a DPU e o Ministério das Relações Exteriores, postos diplomáticos, organizações internacionais, instituições estrangeiras e outras entidades públicas, relativamente à cooperação mútua e ao intercâmbio de informações;

II - auxiliar na articulação e atribuições da DPU nos foros internacionais, pontuais ou permanentes, para os quais esta seja convidada ou seja membro, prestando assessoramento e atuando como cerimonial nos eventos que porventura ocorram no exterior, se necessário;

III - participar da proposição, análise, elaboração, implementação e monitoramento de projetos de cooperação técnica bilateral e multilateral com as instituições homólogas à DPU em outros países, bem como com instituições estrangeiras e organizações internacionais que desenvolvam atividades de interesse da DPU;

IV - organizar o programa das visitas de autoridades e delegações estrangeiras à DPU;

V - providenciar a obtenção de passaportes e vistos e adotar medidas necessárias para viabilizar viagens oficiais ao exterior de autoridades e de servidores/as da DPU;

VI - desempenhar outras atividades típicas de cooperação e relações internacionais que lhe forem atribuídas pelo/a SubDefensor/a Público/a-Geral Federal.

No ano de 2023, foi elaborada a **Instrução Normativa nº 109**, com o objetivo de orientar e padronizar os processos de cooperação internacional. O documento estabelece diretrizes para aperfeiçoar o procedimento de proposição de instrumentos de cooperação internacional no âmbito da Defensoria.

Este Relatório de Cooperação Internacional reflete o esforço anual de apresentar os instrumentos celebrados e as atividades implementadas, consolidando o papel estratégico da DPU nas relações internacionais.

Últimas edições dos **Relatórios de Cooperação** (2022, 2023 e 2024):



DESTAQUES 2025



A DPU participou de **20 (vinte) missões internacionais**, celebrou **5 (cinco) novos instrumentos de cooperação internacional**, renovou **4 (quatro) memorandos de entendimento**.



A DPU foi premiada no **Prêmio Sentencias** conquistando Reconhecimento na Categoria Equipe Litigante, pela atuação no caso de **sequestro internacional de criança**, apresentado por Ana Carolina Cavalcanti Erhardt e Renato Torres e Silva, Defensores Públicos Federais.



Articulação e realização, na Sede da DPU em Brasília-DF, da capacitação regional presencial sobre Mudança Climática e DH em parceria com a OIM e Defensoria del Pueblo da Colômbia para **30 Defensores Públicos da região**.



Realização e organização de **5 webinários internacionais** com instituições nacionais de direitos humanos da região e participação em **15 reuniões multilaterais** de forma online e presencial.



Elaboração e publicação de **2 (dois) Editais de seleção** de DPFs: **2 (dois)** DPFs para atuação em Timor-Leste e **2 (dois)** DPFs para atuar em projeto em São Tomé e Príncipe, ambos objetivam o fortalecimento do setor de justiça naqueles países.



Organização e realização de mais de **10 reuniões** nas Unidades da DPU com o setor de justiça e a sociedade civil em virtude de visitas de **Procedimentos Especiais da ONU**.



Foram elaboradas **2 (duas) novas edições do Boletim Informativo** e enviadas, pela CCRI-AINT e **5 (cinco) contribuições técnicas aos Procedimentos Especiais** da ONU.



A DPU exerceu a **Presidência Pro Tempore do Brasil na REDPO-Mercosul** e sediou a XLI Reunião da REDPO em Brasília, tendo lançado **Relatório sobre Acesso à Justiça e Direitos Humanos**.



Foram articuladas e organizadas visitas de **18 autoridades internacionais na sede e Unidades da DPU**.

LOCALIZAÇÃO DOS MEMBROS DAS REDES DE PARCERIAS DA DPU



INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO

**INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO****PROCESSO SEI:**
08038.003976/2022-32**VIGÊNCIA:**
28 DE OUTUBRO DE 2027

RESUMO

Acordo de cooperação, assinado em 28 de outubro de 2022, entre a Escola Nacional da Defensoria Pública da União (ENADPU) e a American University para explorar iniciativas de cooperação acadêmica entre as instituições. O Acordo foi facilitado e é administrado pela ENADPU.

RESULTADOS

2024

- ENADPU informou que devido às restrições orçamentárias, não foi possível realizar atividades em 2024.

2025

- ENADPU informou que devido às restrições orçamentárias, não foi possível realizar atividades em 2025.



PRÓXIMOS PASSOS

- Possível elaboração de plano de trabalho.

**Notícias**



INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO



PROCESSO SEI:
08038.007447/2021-27



VIGÊNCIA:
07 DE JULHO DE 2026

RESUMO

Acordo de cooperação, assinado em 07 de julho de 2021, entre a Defensoria Pública da União e o Centro de Estudos de Justiça das Américas (CEJA) para a realização de atividades e projetos conjuntos. O Acordo foi facilitado e é administrado pela ENADPU.

Plano de trabalho:

- Patrocínio conjunto de conferências, seminários, workshops e outros encontros acadêmicos ou eventos sobre justiça e democracia;
- Troca regular de informações, incluindo material bibliográfico, estudos, informações, estatísticas, banco de dados, entre outros;
- Convites para a nomeação de observadores em reuniões e conferências de interesse comum.

RESULTADOS

2024

- ENADPU informou que devido às restrições orçamentárias, não foi possível realizar atividades em 2024.

2025

- ENADPU informou que devido às restrições orçamentárias, não foi possível realizar atividades em 2025.



PRÓXIMOS PASSOS

- Possível elaboração de plano de trabalho.



Notícias



INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO



PROCESSO SEI:
08038.016441/2022-21



VIGÊNCIA:
1º DE DEZEMBRO DE 2025

RESUMO

O Memorando de Entendimento, assinado em 1º de dezembro de 2022 e renovado em dezembro de 2025, visa implementar práticas de cooperação para o intercâmbio de informações e estratégias voltadas à proteção e promoção dos direitos humanos de grupos em situação de vulnerabilidade social.

RESULTADOS

2024

- A pedido da CDHCM, exercendo a Diretoria Regional do IOI até abril de 2024, a DPU encaminhou relatório de atividades para compor o relatório da gestão da Diretoria e participou de reunião preparatória;
- Apoio à candidatura da CDHCM à Presidência da IOI, eleita em maio de 2024;
- Intercâmbio de informações regulares sobre temas de direitos humanos;
- Divulgação pela DPU do Comunicado Conjunto da Diretoria da América Latina e Caribe sobre a crise de mobilidade humana na região e no Haiti (março de 2024);
- Convite da CDHCM para a DPU apresentar painel conjunto sobre atuação em temas de câmbio climático e direitos humanos em sessão da Conferência da IOI em Haia-Holanda no mês de maio de 2024. A DPU não participou da Conferência por restrição orçamentária.

2025

- Intercâmbio de informações regulares sobre temas de direitos humanos;
- Apoio contínuo na Presidência do IOI e articulação de consultas;



PRÓXIMOS PASSOS

- Solicitação de renovação do Memorando de Entendimento encaminhada.



Notícias



Galeria



Vídeo



INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO



PROCESSO SEI:
08038.017920/2022-65



VIGÊNCIA:
18 DE OUTUBRO DE 2025

RESUMO

O Memorando de Entendimento, assinado em 18 de outubro de 2023, e renovado em outubro de 2025 tem como objetivo unir esforços na implementação de práticas de cooperação para o intercâmbio de informações e estratégias voltadas à proteção e promoção dos direitos humanos de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade social em ambos os países. Além disso, visa proporcionar apoio mútuo na formulação de estratégias institucionais para a consolidação de compromissos e cumprimento de objetivos. As principais ações incluem: organização de atividades conjuntas (intercâmbio de experiências, webinários, conferências, reuniões e capacitações virtuais ou presenciais), intercâmbio de boas práticas em comunicação estratégica sobre direitos humanos, compartilhamento de conhecimentos sobre monitoramento de cenários de risco e fortalecimento de mecanismos não jurisdicionais de proteção, além de visitas institucionais.

RESULTADOS

2024

- Contatos realizados durante reuniões em missões em Genebra.
- Encaminhamento, pela CNDH, de propostas de declarações para apoio internacional (a primeira sobre questões do Poder Judiciário mexicano e a segunda sobre a questão Palestina). A DPU avaliou não apoiar as declarações por questões textuais.

2025

- Renovação do Memorando de Entendimento;
- Solicitação de reuniões técnicas sobre atuações preventivas em direitos humanos relativas à preparação de jogos esportivos internacionais. A SGAI e DNDH informaram que não possuíam atuações nesta pauta para apresentar;
- Contatos realizados durante reuniões em missões em Genebra.

PRÓXIMOS PASSOS

- Solicitação de renovação do Memorando de Entendimento encaminhada.



[Notícias](#)



[Galeria](#)



INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO



PROCESSO SEI:
08038.002572/2023-11



VIGÊNCIA:
25 DE ABRIL DE 2028

RESUMO

O Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 2017 e renovado em 25 de abril de 2023, entre a Defensoria Pública da União e a Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos (SG/OEA), visa promover o uso do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e suas normas. O acordo busca proporcionar ferramentas teóricas e práticas para conduzir questões atuais da agenda de direitos humanos da OEA. Este memorando é facilitado e administrado pela Coordenação de Apoio à Atuação no Sistema Interamericano de Direitos Humanos (CSDH-AINT).

RESULTADOS

2024

- Programa de Intercâmbio junto à CIDH para Defensores(as) Públicos(as) Federais;
- Encaminhamento de colaborações em opiniões consultivas;
- Visita de trabalho da Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (REDESCA) da CIDH ao Brasil, dos dias 2 a 6 de dezembro de 2024;
- Participação do DPGF na abertura do seminário Virtual “Progresos de REDESCA en la justicia interamericana: fortalecimiento de su capacidad de asesoramiento a la CIDH”, no dia 22 de novembro de 2024.

2025

- Continuidade ao programa de profissional visitante;
- Encaminhamento de contribuições técnicas e acompanhamento de casos e pautas da Comissão.
- Visita do REDESCA à DPU para apresentar o Relatório sobre a atuação nas enchentes do Rio Grande do Sul;
- Visita do Presidente da CIDH à DPU (dezembro/2025).



PRÓXIMOS PASSOS

- A ser atualizado pela CSDH-AINT.



Notícias



INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO
TERMO ADITIVO



PROCESSO SEI:
08038.004878/2022-12



VIGÊNCIA:
19 DE AGOSTO DE 2027

RESUMO

O Memorando de Entendimento, assinado em 19 de agosto de 2022, tem como objetivo coordenar esforços para fortalecer as relações entre a DPU e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, aprofundar o conhecimento do Direito e difundir instrumentos internacionais para a promoção e defesa dos direitos humanos, visando aprimorar a administração da justiça. Este memorando é facilitado e administrado pela Coordenação de Apoio à Atuação no Sistema Interamericano de Direitos Humanos (CSDH-AINT).

RESULTADOS

2024

- Programa de Intercâmbio junto à Corte IDH para Defensores(as) Públicos(as) Federais.
- Encaminhamento de colaborações em opiniões consultivas.
- Promoção da participação dos DPLs em Sessões ocorridas em Brasília-DF.
- Lançamento do Observatório de Sentenças da Corte IDH no âmbito da DPU.

2025

- Continuidade ao programa de profissional visitante.



PRÓXIMOS PASSOS

- A ser atualizado pela CSDH-AINT.



Notícias



INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO



PROCESSO SEI:
90510.000201/2024-25



VIGÊNCIA:
19 DE SETEMBRO DE 2026

RESUMO

O Memorando de entendimento visa fomentar a colaboração interinstitucional entre a DPU e a CONADEH para a proteção e promoção dos direitos humanos das pessoas e em especial os grupos em situação de vulnerabilidade social no Brasil e em Honduras. Dentre os compromissos assumidos estão: promover aspectos de proteção, defesa e promoção dos direitos humanos das pessoas; fornecer cooperação e apoio necessário, desenvolver estratégias institucionais em matéria de direitos humanos, entre outros.

ATIVIDADES REALIZADAS

2024

- Reuniões técnicas para construção de plano de trabalho solicitadas;
- Divulgação da mensagem do Defensor Geral e da Comissinada nas redes sociais sobre a celebração do instrumento de cooperação.

2025

- Convite para participação na Capacitação da OIM, DPU e Defensoría del Pueblo da Colômbia sobre Mudanças Climáticas e Direitos Humanos- não confirmou participação.
- Primeira reunião técnica para construção de plano de trabalho realizada;
- Contatos realizados durante reuniões em missões em Genebra.



PRÓXIMOS PASSOS

- Realização de webinários e reuniões técnicas.
- Houve interesse de promover missão da CONADEH à sede da DPU. Consultar chefia sobre o assunto.



[Vídeo de assinatura do Acordo - DPU](#)
[Vídeo de assinatura do Acordo - CONADEH](#)



INSTRUMENTO DE COOPERACIÓN



PROCESO SEI:
90510.000139/2024-71



VIGÊNCIA:
9 DE ABRIL DE 2029

RESUMO

O Memorando de Entendimento, firmado em 2019 e renovado em 2024, tem como objetivo desenvolver e aprofundar laços de cooperação nas áreas de promoção e proteção dos direitos humanos, garantia de acesso gratuito à justiça e fomento ao intercâmbio de informações. As principais ações incluem: troca de informações sobre questões relacionadas às Instituições Nacionais de Direitos Humanos e grupos sociais vulneráveis, realização de missões conjuntas voltadas à assistência de pessoas privadas de liberdade e em mobilidade humana, e participação conjunta em seminários e webinários.

RESULTADOS

2024

- Troca de informações e apoio mútuo assistência jurídica internacional a cidadãos assistidos;
- Participação no Seminário Internacional sobre Justiça Ambiental, palestra do DPGF, nos dias 08 e 09 de abril em Santa Cruz de la Sierra-Bolívia;
- Apoio mútuo em mais de 30 novos casos anuais de assistência jurídica internacional.

2025

- Convite da DPU para participação no curso em parceria com a OIM sobre “Mudanças Climáticas e Mobilidade Humana” - agosto de 2025;
- Troca de informações e apoio mútuo assistência jurídica internacional a cidadãos assistidos;
- Missões realizadas pela Defensoría del Pueblo da Bolívia em virtude de sua presidência na RINDHCA.



PRÓXIMOS PASSOS

- Elaboração de novo plano de trabalho.
- Consulta à SASP/SGAI sobre perspectivas de missões em zonas de fronteira.
- Cooperação contínua em casos de assistência jurídica internacional.



[Notícias](#)



[Vídeo](#)



INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO



PROCESSO SEI:
90510.000202/2024-70



VIGÊNCIA:
22 DE SETEMBRO DE 2029

RESUMO

O Memorando de Entendimento, renovado pela segunda vez em 24 de setembro de 2024, visa desenvolver e aprofundar laços de cooperação nas áreas de promoção e proteção dos direitos humanos, garantia de acesso gratuito à justiça e fomento ao intercâmbio de informações. As principais ações incluem: troca de informações sobre questões relacionadas às Instituições Nacionais de Direitos Humanos e grupos sociais vulneráveis, realização de missões conjuntas para a assistência de pessoas privadas de liberdade e em mobilidade humana, e participação conjunta em seminários e webinários.

RESULTADOS

2024

- Renovação do Memorando de Entendimento;
- Cooperação em assistência jurídica internacional, cerca de 10 novos casos anuais;
- Realização de Missão da SASP para a Penitenciária de Letícia-Colômbia (outubro-2024) em conjunto com a Defensoría del Pueblo para Tabatinga-AM;
- Participação em webinários de lançamento de documentos e ferramentas de direitos humanos;
- Convite para participar de lançamento do Sistema de Alerta Temprana na região da Amazônia.

2025

- Renovação do Memorando de Entendimento;
- Construção de novo plano de trabalho conjunto;
- Levantamento sobre pessoas privadas de liberdade no Brasil e na Colômbia;
- Organização conjunta do curso presencial regional realizado na DPU em Brasília “Mudança Climática, Mobilidade Humana e Direitos Humanos, em parceria com a OIM;
- Realização de 3 (três) webinários conjuntos sobre Inteligência Artificial e Direitos Humanos, Políticas Etnorraciais, tratativas de cooperação com a ENADPU;
- Elaboração e submissão conjunta de projeto para a Agência Espanhola de Cooperação (AECID);
- Troca de informações sobre legislações relativas direitos de mulheres e pessoas transgênero;
- Realização de reunião técnica entre a SGAI, DNDH e a DPC sobre sistemas de monitoramento de direitos humanos.



PRÓXIMOS PASSOS

- Elaboração de novo plano de trabalho conjunto;
- Realização de possíveis novas missões, webinários e publicações.



Notícias



Vídeo
Vídeo



INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO



PROCESSO SEI:
90510.000062/2023-59



VIGÊNCIA:
21 DE JULHO DE 2025

RESUMO

O Memorando de Entendimento entre a DPU e a Defensoria del Pueblo do Equador, assinado em 21 de julho de 2023, tem como objetivo fomentar a cooperação internacional para a promoção, prevenção e proteção dos direitos humanos, com ênfase especial em sistemas de alerta precoce para questões envolvendo grupos em situação de vulnerabilidade. As principais ações incluem: organização de atividades conjuntas (troca de experiências, webinários, conferências, reuniões e treinamento virtual) sobre direitos humanos e grupos vulneráveis, intercâmbio de boas práticas em comunicação estratégica de direitos humanos, e compartilhamento de conhecimentos e práticas sobre alerta precoce e fortalecimento de mecanismos não jurisdicionais para a proteção dos direitos humanos.

RESULTADOS

2024

- Compartilhamento de dados e documentos;
- Convite a missão internacional a Pacaraima em abril de 2024;
- Participação em webinário organizado pela DPU no Dia Mundial da Pessoa com Deficiência.

2025

- Proposta de renovação do Memorando de Entendimento;
- Participação conjunta no Fórum Empresas e Direitos Humanos em São Paulo promovido pelo ACNUDH regional;
- Participação em atividades da FIO.



PRÓXIMOS PASSOS

- Não será renovado por questões de sistemática de trabalho expostas pela Defensoría del Pueblo do Equador.



Notícias



INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO



PROCESSO SEI:
08038.016182/2022-39



VIGÊNCIA:
30 DE NOVEMBRO DE 2026

RESUMO

O Memorando de Entendimento entre a DPU e a Defensoria del Pueblo da República Dominicana, assinado em 30 de novembro de 2022 e renovado em novembro de 2024, tem como objetivo a implementação de práticas de cooperação para o intercâmbio de informações e estratégias voltadas à proteção e promoção dos direitos humanos de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade social em ambos os países. Além disso, visa fornecer apoio mútuo para a formulação de estratégias institucionais que contribuam para a consolidação de compromissos e cumprimento de objetivos. As principais ações incluem: intercâmbio de conhecimentos para a implementação de práticas de cooperação e estratégias de proteção e promoção dos direitos humanos, formulação de estratégias institucionais para fortalecer compromissos e objetivos, e apoio da DPU para traduções pré-definidas.

RESULTADOS

2024

- Renovação do Memorando de Entendimento;
- Estabelecimento de novo plano de trabalho;
- Reunião com a ASSEVM da DPU sobre atuação em violência de gênero.

2025

- Elaboração e submissão de proposta de cooperação triangular América Latina e Caribe AECID;
- Convite de participação para o curso presencial regional realizado na DPU em Brasília “Mudança Climática, Mobilidade Humana e Direitos Humanos, em parceria com a OIM;
- Troca de informações sobre temas de direitos humanos e participações conjuntas no âmbito da FIO.



PRÓXIMOS PASSOS

- Continuidade à implementação do plano de trabalho.



[Notícias](#)
[Notícias](#)



INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO



PROCESSO SEI:
08038.000946/2022-74



VIGÊNCIA:
MARÇO DE 2027

RESUMO

O Memorando de Entendimento, assinado em 26 de março de 2022, estabelece um marco de cooperação entre as partes para viabilizar capacitações, atuações em conjunto, intercâmbio de documentos e outras atividades de interesse comum, como estudos, reuniões, seminários e oficinas de trabalho. O objetivo é contribuir para a efetivação da proteção dos direitos humanos, incluindo o acesso à justiça. As principais ações incluem: realização de webinários e capacitações com especialistas e sobreviventes de tráfico humano, e redação de uma carta de direitos para sobreviventes de tráfico internacional.

RESULTADOS

2024

- Participação no The African Survivor Coalition Webinar;
- Divulgação de iniciativas da DPU e da Footprint to Freedom a temática de tráfico de pessoas.

2025

- Divulgação de iniciativas da DPU e da Footprint to Freedom a temática de tráfico de pessoas.



PRÓXIMOS PASSOS

- Consulta ao GT Tráfico sobre possíveis novas iniciativas.



[Notícias](#)



[Vídeo](#)



INSTRUMENTO DE COOPERACIÓN



PROCESO SEI:
08038.001220/2019-53



VIGÊNCIA:
21 DE MAIO DE 2026

RESUMO

Memorando de Entendimento, renovado em 21 de maio de 2024, para fortalecer o serviço prestado pela DPU e pelo Instituto de la Defensa Pública Penal da Guatemala, trocando experiências e realizando atividades nas áreas de ensino, formação, especialização e atualização profissional. O plano de ação inclui viabilizar oficinas, cursos e outras atividades acadêmicas e de atualização para defensores públicos nas modalidades presencial, virtual ou mista; Viabilizar um programa de estágio para defensores públicos; Fornecer certificação impressa ou digital de participação aos defensores públicos que estão realizando o estágio; Providenciar orientações sobre alojamento aos participantes de estágios e providenciar alimentação aos defensores públicos; Coordenar traslados para as pessoas que realizam o estágio nas diferentes instituições do setor da justiça.

RESULTADOS

2024

- Visita institucional do Diretor Geral do Instituto de la Defensa Pública Penal de Guatemala, Sr. Idonaldo Arevael Fuentes, à DPU em maio de 2024.

2025

- Encaminhamento de cursos da ENADPU;
- Houve solicitação de realização de reunião com a ENADPU para tratativas relativas a capacitações conjuntas;
- Troca de informações no âmbito da AIDEF.



PRÓXIMOS PASSOS

- Elaboração de Plano de Trabalho para 2026;
- Realização de reuniões técnicas.



Notícias



INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO



PROCESSO SEI:
08038.004884/2022-70



VIGÊNCIA:
SETEMBRO DE 2030

RESUMO

Memorando de Entendimento, renovado em outubro de 2025, para promover a cooperação conjunta no campo dos direitos humanos por meio de ações de capacitação, educação e intercâmbio de defensores públicos para participação em atividades na sede do IPPDH, iniciativas de pesquisa aplicada, promoção do diálogo e troca de experiências e boas práticas.

RESULTADOS

2024

- Curso internacional “Cumplimiento de Sentencias de la Corte Interamericana de Derechos Humanos y Políticas Públicas para su implementación”;
- Curso virtual, organizado com Comisión Permanente Memoria, Verdad y Justicia, que integra la Reunión de Altas Autoridades sobre Derechos Humanos (RAADH), ambos com atuação no âmbito do MERCOSUL. Circundando o tema " Políticas Públicas de Memoria, Verdad, Justicia, Reparación y Garantías de No Repetición ", de 30 de abril a 18 de junho);
- Seleção de defensor para a 7ª edição do Curso Internacional de Políticas Públicas em Direitos Humanos;
- Participação da DPU e divulgação da XIII Consulta Pública sobre Contextos Críticos e de Emergência;
- Participação no Diálogo Preparatório com a Sociedade Civil no dia 10 de outubro de 2024.

2025

- Renovação do Memorando de Entendimento por meio de convênio aprovado pelo GMC - Mercosul;
- Realização de três reuniões entre o Exmo. DPGF e a Diretora Executiva do Instituto;
- Trocas de informações sobre temas de Direitos Humanos;
- Participação de membro da DPU no Curso Internacional “Cumplimiento de Sentencias de la Corte Interamericana de Derechos Humanos y Políticas Públicas para su implementación”.
- Difusão interna do Curso semipresencial “Respuestas a contextos críticos y de emergencia centradas en derechos humanos”;
- Articulações no âmbito da RAADH - Mercosul.



PRÓXIMOS PASSOS

- Renovação de plano de trabalho.



[Notícias](#)
[Notícias](#)



[Materiais](#)



INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO



PROCESSO SEI:
08038.003317/2022-04



VIGÊNCIA:
21 DE JUNHO 2027

RESUMO

Memorando de Entendimento renovado em 21 de junho de 2022 para estabelecer linhas gerais de cooperação recíproca, facilitar e promover a assistência jurídica gratuita recíproca aos seus cidadãos necessitados e o intercâmbio de informações sobre as experiências das instituições de ambos os países. Além disso, visa divulgar atividades e projetos no âmbito de suas atribuições, bem como possibilitar a demonstração do funcionamento de sistemas de gerenciamento de Processos de Assistência Jurídica da DPU. O plano de trabalho inclui reuniões técnicas; intercâmbio de defensores do IPAJ na DPU; webinários e seminários; e mecanismo de cooperação em assistência jurídica.

RESULTADOS

2024

- Visita de cortesia do IPAJ à DPU no período de 15 a 19 de julho de 2024;
- Visita técnica do IPAJ à DPU no período de 21 a 25 de outubro de 2024.

2025

- Visita à Unidade do Rio de Janeiro no mês de outubro de 2025;
- Tramitação de casos e solicitação de apoio em assistência jurídica internacional;
- Participação de membro da DPU no Congresso Internacional de Acesso à Justiça promovido pelo IPAJ-Moçambique na cidade de Maputo no mês de outubro.



PRÓXIMOS PASSOS

- Acompanhamento da pauta de assinatura do projeto junto à ABC-MRE e implementação deste quando assinado.



[Notícias](#)
[Notícias](#)



INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO



PROCESSO SEI:
90510.000197/2023-14



VIGÊNCIA:
6 DE DEZEMBRO DE 2028

RESUMO

Memorando de Entendimento, assinado em 06 de dezembro de 2023, entre a DPU e o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos de São Tomé e Príncipe (MJAPDH) com o objetivo de unir esforços para a implementação de práticas de cooperação para o intercâmbio de informações e estratégias sobre a proteção e promoção dos direitos humanos de indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social. Além disso, busca prestar apoio à DPU na formulação de estratégias de consolidação internacional como uma Instituição Nacional de Direitos Humanos.

RESULTADOS

2024

- Elaboração de proposta para Primeira Chamada de Projetos e Iniciativas de Cooperação Triangular entre a Ibero-América e os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOPs).
- Elaboração do projeto de cooperação internacional ABC-MRE, DPU, MJAPDH.

2025

- Publicação de edital de seleção para participação no projeto- 2 vagas e 2 suplentes;
- Realização de 2 (duas) reuniões técnicas com os membros selecionados e a ABC-MRE para iniciar o Projeto.



PRÓXIMOS PASSOS

- Acompanhar implementação do projeto tão logo a ABC-MRE inicie as atividades.



[Notícias](#)

[Notícias](#)



INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO



PROCESSO SEI:
08184.001074/2024-40



VIGÊNCIA:
06 DE AGOSTO DE 2028

RESUMO

Memorando de Entendimento, assinado em 06 de agosto de 2025, entre a DPU e a Universidade de Wisconsin-Madison com o objetivo de expandir os vínculos escolares, facilitar a cooperação acadêmica e promover o entendimento mútuo, ambas as partes concordam em explorar viabilidade de estabelecerem uma estrutura para cooperação educativa e científica. Além disso, busca explorar potenciais oportunidades de recrutamento para mobilidade internacional para a UW-Madison por meio do programa de mestrado em Direito da Faculdade de Direito para funcionários e afiliados da Defensoria Pública da União; incentivar atividades que mutuamente beneficiem ambas as instituições e investigar fontes de financiamento externo para projetos .

RESULTADOS

2025

- Assinatura de memorando de entendimento no mês de agosto/2025;
- Consolidação do plano de trabalho por meio de reuniões conjuntas com AMA-SGAI, ENADPU e CAJI-AINT;
- Realização de palestra sobre direito migratório americano na sede da DPU - agosto de 2025;
- Realização de curso online sobre uso ético de ferramentas de inteligência artificial - novembro de 2025.



PRÓXIMOS PASSOS

- Dar cumprimento ao plano de trabalho previsto para o ano de 2026 que envolve a divulgação de cursos da Universidade de Wisconsin;
- Realizar visita técnica da equipe da Universidade de Wisconsin à Brasília, Confins, Governador Valadares e São Paulo;
- Possível realização de semana acadêmica.



[Notícias](#)



[Vídeo](#)



INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO



PROCESSO SEI:
08038.025394/2021-26



VIGÊNCIA:
30 DE NOVEMBRO DE 2026

RESUMO

Declaração de Intenções assinada em 30 de novembro de 2022 e renovada em 30 de novembro de 2024 visando colaboração para o fortalecimento e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030.

RESULTADOS

2024

- Alinhamento do planejamento estratégico da Defensoria Pública da União (DPU) com a Agenda 2030 da ONU e as recomendações da Revisão Periódica Universal (RPU), promovendo a colaboração entre grupos de trabalho- Seminário de Direitos Humanos da DPU em 2023;
- Desenvolvimento de propostas de pesquisa alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Projeto PNUD).
- Apoio da DPU no Programa de Bolsas Indígenas & Quilombolas de Língua Portuguesa (2023 e 2024);
- Realização de webinários (a exemplo dos Povos Ciganos), fóruns internacionais (a exemplo de reuniões na UNODC sobre tráfico de pessoas) e cursos sobre a RPU e atuação no SIDH;
- Reuniões conjuntas com Relatorias Especiais em visita ao Brasil;
- Intensificação da participação da DPU em debates internacionais, revisões do Brasil, encaminhamento de relatórios no âmbito do Sistema ONU;
- COBI-ENADPU e ACNUDH- campanha sobre autores negras (março de 2024);
- Traduções de documentos e resoluções;
- Elaboração de **folder da cooperação da DPU com a ONU**.

2025

- Participação da DPU na COP 30 por meio de estande e atividades da Green Zone e Blue Zone, tendo a CCRI-AINT sido membro titular do Comitê Interno de organização da participação da DPU;
- Articulações de visitas da ONU ao Brasil, reuniões técnicas, debates e participação na Cerimônia de 80 anos da ONU em Brasília e Recife;
- Organização e apoio durante missões de Procedimentos Especiais (ver slide 46);
- Missões à Genebra para sessões e conferências;
- Participação conjunta em webinários internacionais e audiências públicas no Congresso Nacional;
- Participação em debates sobre a atualização do Novo Marco da Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável- 2023-2027;
- Consolidação do plano de trabalho para os anos de 2025 e 2026.
- Contribuição com 2 (duas) proposições para o mapeamento de estudos e pesquisas com PNUD;
- Participação da AINT no processo do Selo de Gênero.



PRÓXIMOS PASSOS

- Continuidade aos trabalhos previstos no Plano de Trabalho;
- Renovação da Declaração de Intenções em alinhamento ao Novo Marco da Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável- 2023-2027.



Notícias



Materiais



Vídeo



Folder DPU-ONU



INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO



PROCESSO SEI:
08038.001701/2020-01



VIGÊNCIA:
30 DE NOVEMBRO DE 2026

RESUMO

O Memorando de Entendimento entre a DPU e o ACNUDH não foi renovado em virtude de haver a Declaração de Intenções que abarca todas as agências especializadas e alto comissariados da ONU estabelecidos no Brasil. Portanto, houve trabalho constante com o ACNUDH por meio deste instrumento.

RESULTADOS

2024

- Elaboração de **publicações conjuntas** sobre temas de enfrentamento ao racismo;
- Realização de cinco reuniões anuais com o Representante Regional e equipe;
- Visita de Relatorias Especiais em 2024:
 - Apoio na organização da reunião técnica do protocolo de Minnesota com o Relator especial da ONU sobre execuções sumárias extrajudiciais ou arbitrárias, Sr. Morris Tidball-Binz, em março de 2024;
 - Visita da Relatora especial em defensores de direitos humanos da ONU, Sra. Mary Lawlor, em abril de 2024;
 - Visita da Representante especial sobre violência contra crianças, Sra. Najat Maalla M'jid, em junho de 2024;
 - Visita do Representante Regional para a América do Sul do ACNUDH, Jan Jarab, em agosto de 2024;
 - Visita da Relatora Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância conexa, Sra. Ashwini K.P, em agosto de 2024;
 - Visita da Relatora especial da ONU para liberdade de reunião e associação pacífica, Sra. Gina Romero, em novembro de 2024
- Apoio na tradução de documento do protocolo modelo para aplicação da lei em protestos pacíficos: PT e EN.
- Participação no Fórum regional e no mundial sobre Empresas e Direitos Humanos (Colômbia, Chile e Genebra); Atuação em colaboração no Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE); realização de missão conjunta à Pacaraima em abril de 2024; cooperação nas ações de reconstrução do RS (ACGIS e DNDH e ACNUDH)

2025

- Parceria na organização das visitas das Relatorias Especiais ao Brasil (Comunicado da Relatoria Especial sobre Formas Contemporâneas de Escravidão em visita ao Brasil);
- Atuação conjunta na COP 30;
- Realização de 3 (três) reuniões na DPU entre o Representante Regional e o DPGF;
- Participação em webinários conjuntos e audiências públicas no Congresso Nacional;
- Realização de seminário sobre combate ao racismo de capacitação de quadros da DPU;
- Missões à Genebra para sessões e conferências e missões regionais (a exemplo do Fórum Regional Empresas e Direitos Humanos);
- Lançamento do Protocolo de Segurança para visitas de Autoridades Públicas e Pessoas Defensoras de Direitos Humanos como consequência das capacitações entregues pelo ACNUDH ao sistema DNDH



PRÓXIMOS PASSOS

- Renovação de plano de trabalho, incluindo compartilhamento de escritório - pedido a ser formulado pelo ACNUDH e participação em eventos do ACNUDH em Genebra;
- Articulação das visitas das Relatorias Especiais;
- Duas reuniões anuais realizadas com o Representante Regional, Dr. Jan Jarab.



Notícias



Vídeo
Vídeo



INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO



PROCESSO SEI:
90510.000451/2024-65



VIGÊNCIA:
15 DE ABRIL 2030

RESUMO

Memorando de Entendimento que visa estabelecer marco de cooperação entre as Partes viabilizando capacitações e atuações em conjunto, de modo a contribuir com a efetivação dos direitos dos solicitantes de refúgio, refugiados, apátridas e outros sujeitos que requerem proteção internacional, assegurando, ainda, o seu acesso à justiça, ao contraditório e à ampla defesa.

RESULTADOS

2024

- Participação em webinários e seminários;
- Atuação no Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE);
- Missão de campo conjunta à Pacaraima em maio de 2024.
- Cooperação na reconstrução do RS.
- Prestação de contas do pledge enviado em 2024.
- Participação no Fórum de Direitos Humanos e Empresas e da Sessão do Fórum sobre Minorias.

2025

- Consolidação do novo Plano de trabalho;
- Realização de 3 (três) reuniões de acompanhamento do plano de trabalho juntamente com AMA-SGAI e GTMAR;
- Atuação conjunta em Guarulhos;
- Atuação da DPU na questão do BPC para solicitantes de refúgio a pedido do ACNUR;
- Articulação no âmbito do CONARE-MJSP.



PRÓXIMOS PASSOS

- Acompanhamento do plano de trabalho.



Notícias



Materiais

**INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO****PROCESSO**
SEI:08038.006033/2018-85**VIGÊNCIA:**
02 DE FEVEREIRO DE 2026

RESUMO

Desenvolvimento do projeto "Construindo e fortalecendo a capacidade de resposta à migração dos atores locais em coordenação com as autoridades públicas federais no Brasil" para facilitar o estabelecimento de uma rede de organizações não governamentais voluntárias na prestação de assessoria jurídica a migrantes vulneráveis, fortalecendo suas capacidades para atuar em coordenação com a Defensoria Pública da União. Facilitado e implementado pela SGAI.

RESULTADOS

2024

- Realização de missão conjunta à Pacaraima em abril de 2024;
- Cooperação nas ações de reconstrução do RS.
- Produção de materiais informativos como a Cartilha de Regularização Migratória, Poster sobre SISMIGRA; Contrabando de Migrantes.
- Contratação de consultoras.

2025

- Realização do curso de capacitação "Direitos Humanos em Contexto de Mobilidade Ambiental e Climática";
- Planejamento de publicação com resumos dos trabalhos apresentados na capacitação do ponto anterior.
- Tratativas diretas pelo GTMAR em iniciativas com a OIM em Guarulhos;
- Troca de informações relativas à COP 30;
- Encaminhamento de proposta de renovação de instrumento de cooperação.



PRÓXIMOS PASSOS

- Elaboração de publicação de artigos sobre os trabalhos apresentados no curso sobre migrações e meio ambiente.
- Renovação do memorando de entendimento;
- Organização de agenda conjunta em Confins e Governador Valadares juntamente com a Universidade de Wisconsin.

[Notícias](#)
[Notícias](#)[Materiais](#)[Vídeo](#)



INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO



PROCESSO SEI:
90510.000202/2024-70



VIGÊNCIA:
25 DE NOVEMBRO DE 2025

RESUMO

O objetivo do memorando de entendimento é formalizar a colaboração entre as partes para abordar de forma conjunta e integrada as questões de gênero e meio ambiente, reconhecendo a interseção entre essas áreas. Com esse compromisso, busca-se fortalecer as capacidades institucionais para enfrentar desafios relacionados à desigualdade de gênero e à proteção ambiental, por meio da implementação de projetos conjuntos, intercâmbio de conhecimentos, metodologias e melhores práticas, além da promoção de estratégias inclusivas e sustentáveis.

RESULTADOS

2024

- Intercâmbio de informações para fortalecer a cooperação interinstitucional e as capacidades técnicas;
- Compartilhamento de experiências e boas práticas em grupos de trabalho para promover soluções eficazes em questões de gênero, meio ambiente e direitos humanos.
- Organização de seminários, conferências e painéis de discussão sobre gênero diferenciado, meio ambiente e outros temas de direitos humanos.
- Promoção de projetos de pesquisa colaborativa com participação de servidores, acadêmicos e sociedade civil para influenciar políticas públicas inclusivas.
- Troca de publicações impressas para enriquecer acervos bibliográficos com foco em gênero, meio ambiente e direitos humanos.

2025

- Foi elaborada a minuta de plano de trabalho para o memorando de entendimento e houve diversas tentativas de contatos por e-mail com a PGN da Colômbia. Fomos notificados de que as equipes técnicas haviam mudado, mas as tratativas do plano de trabalho não foram respondidas.



PRÓXIMOS PASSOS

- Definição junto à chefia sobre conveniência e oportunidade de renovação.



[Vídeo](#)



INSTRUMENTO DE COOPERACIÓN



PROCESO SEI:
08038.006049/2019-79



VIGÊNCIA:
19 DE NOVEMBRO DE 2025

RESUMO

Projeto de cooperação entre a Defensoria Pública da União e a Procuradoria Penitenciária de la Nación Argentina, assinado em 19 de novembro de 2020, com o objetivo de promover a aplicação dos marcos internacionais sobre direitos humanos das pessoas privadas de liberdade. Implementado pela SASP, GTPresos/SAE/SGAI e CCRI-AINT. O plano de trabalho envolve o intercâmbio de informações e documentos por meio de oficinas online (2002); capacitação sobre o Protocolo de Istambul para defensores públicos federais em curso de formação (2002); e troca de informações e experiências sobre a atuação no IOI.

RESULTADOS

2024

- Participação em webnários organizados pelo IPPDH.
- Entrevista do DPGF à programa de rádio da PPN.

2025

- Divulgação de capacitações e webinários da DPU;
- Reuniões técnicas em articulação com a SASP;
- Apoio em candidaturas em atividades internacionais no âmbito do IOI;
- Desenvolvimento de projeto para submissão à FIO.
- Proposta de realização de webinário sobre Violência Térmica em Centros Penitenciários, em parceria com a SASP-SGAI.



PRÓXIMOS PASSOS

- Renovação do memorando de entendimento.



Notícias



Vídeo



INSTRUMENTO DE COOPERACIÓN



PROCESO SEI:
08038.013046/2022-97



VIGÊNCIA:
02 DE MARÇO DE 2025

RESUMO

Memorando de Entendimento, assinado em 24 de agosto de 2022 e atualizado em 02 de março de 2023, para unir esforços na implementação de práticas de cooperação para o intercâmbio de informações e estratégias sobre a proteção e promoção dos Direitos Humanos de pessoas e grupos em situações de vulnerabilidade social em ambos os países e apoiar a DPU na formulação de estratégias para a consolidação internacional como Instituição Nacional de Direitos Humanos. O plano de ação inclui o intercâmbio de conhecimentos para implementação de práticas de cooperação para o intercâmbio de informações e estratégias de proteção e promoção dos direitos humanos de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade social; e a formulação de estratégias institucionais que contribuam para a consolidação de seus compromissos e cumprimento de seus objetivos.

RESULTADOS

2024

- Participação do GTMAR (Online) no VI Cúpula da Rede FIO de Mobilidade Humana e Tráfico de Pessoas , 26 e 27 de setembro de 2024, organizada pela PDDH.

2025

- Participação em Cúpula sobre Migrações em El Salvador, promovida pelo PDDH e a FIO;
- Articulações e parcerias no âmbito da FIO;
- Intercâmbio de conhecimento e documentos;
- Encaminhamento de minuta de renovação de memorando de entendimento.



PRÓXIMOS PASSOS

- Alinhamento de outras possíveis participações conjuntas em webinários.
- Apoio mútuo em atuação em Redes regionais de cooperação.



Notícias



INSTRUMENTO DE COOPERACIÓN



PROCESO SEI:
90510.000487/2024-49



VIGÊNCIA:
17 DE FEVEREIRO DE 2030

RESUMO

Memorando de Entendimento, assinado em 17 de fevereiro de 2025, entre a DPU e o Ministério de la Defensa Pública do Paraguai (MDP) com o objetivo de unir esforços para a implementação de práticas de cooperação para o intercâmbio de informações e estratégias sobre a proteção e promoção dos direitos humanos de indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social.

RESULTADOS

2025

- Assinatura de memorando de entendimento;
- Reuniões técnicas entre a ASCOM e a Comunicação do MDP Paraguai;
- Articulação para participação no estande da COP 30, porém não se concretizou por questões de orçamento do MDP Paraguai.
- Facilitação de casos de
- Intercâmbio de conhecimentos e documentos institucionais.
- Participação em conferências.



PRÓXIMOS PASSOS

- Implementação do memorando de entendimento.



Notícias



INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO



PROCESSO SEI:
90510.000532/2025-46



VIGÊNCIA:
26 DE NOVEMBRO DE 2027

RESUMO

Memorando de Entendimento com o objetivo de promover esforços para a implementação de práticas de cooperação para a troca de informações e estratégias sobre a proteção e promoção dos direitos humanos de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade social em ambos os países.

RESULTADOS

2025

- Assinatura de memorando de entendimento em novembro/2025;
- Participação na COP 30;
- Participações conjuntas nos encontros da FIO.



PRÓXIMOS PASSOS

- Elaboração do plano de trabalho.



Notícias

PROJETOS INTERNACIONAIS

APOIO AO FORTALECIMENTO DO SETOR DE JUSTIÇA DE TIMOR-LESTE



PROJETO



PROCESSO SEI:
08038.006444/2019-51



VIGÊNCIA:
ATÉ FEVEREIRO DE 2027

RESUMO

A DPU colabora, desde 2005, no projeto denominado “Apoio ao Fortalecimento do Setor de Justiça de Timor-Leste”, no âmbito de Acordo de Cooperação firmado promovido com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação – ABC. A contribuição da DPU faz-se com o envio de Defensor Público Federal, em caráter de missão de cooperação, nos feitos da justiça timorense, assim como na capacitação e formação de defensores públicos timorenses, funcionários e órgãos da Defensoria Pública daquele país. Além disso, DPU celebrou memorandos de entendimento com a Defensoria Pública de Timor-Leste (DPTL) para o aprimoramento e troca de experiências na área de inspetoria/corregedoria e para desenvolvimento do projeto de registro e memória cultural desta longa cooperação bilateral.

RESULTADOS

2024

- Participação da Embaixadora de Timor-Leste em missão à Pacaraima, reaproximação com autoridades e tratativas.

2025

- Implementação do projeto em Timor-Leste.
- Publicação de Edital de seleção para preencher vagas de 2 (dois) defensores públicos federais;
- Apoio da CCRI-AINT na atualização do flyer sobre a atuação da Defensoria Pública de Timor-Leste;
- Apoio da CCRI-AINT para as interlocuções para a formação de atividades entre o GT Mulheres e Defensoras de Timor-Leste.



PRÓXIMOS PASSOS

- Implementação do projeto por meio dos defensores públicos federais selecionados.
- Realização da RIPAJ em Timor-Leste.
- Realização de missões e avaliação do projeto em Timor-Leste.
- Visitas acadêmicas dos defensores de Timor-Leste à DPU, como parte das atividades do projeto.



[Notícias](#)



[Materiais](#)



[Vídeo](#)

FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES E INOVAÇÃO PROMOVIDAS NA DPU, EM LINHA COM A AGENDA 2030



PROJETO



PROCESSO SEI:
08038.018714/2021-91



VIGÊNCIA:
31 DE DEZEMBRO DE 2025

RESUMO

Projeto de Cooperação Técnica Internacional entre a DPU, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), intitulado "Fortalecimento de Capacidades e Inovação Promovidas na DPU, em Linha com a Agenda 2030". O projeto tem como objetivo a produção de subsídios (estudos, metodologias e implantação de ações piloto) voltadas ao fortalecimento de capacidades e promoção de inovação na Defensoria Pública da União (DPU), em conformidade com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

RESULTADOS

2024

- Conclusão de três projetos de ciências de dados: Jurimetria de Processos de Assistência Jurídica da DPU; Banco de Jurisprudência, de Legislação, de Petição e de Atuação da DPU; e Agente de Sincronização do SISDPU com Bases de Dados do STF;
- Desenvolvimento e implementação de Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa Caravana de Direitos na Reconstrução do Rio Grande do Sul, com produção e atualização diária de painel e boletins de dados e elaboração de relatórios periódicos;
- Produção de estudos técnicos para apoio à tomada de decisão sobre interiorização da DPU;
- Produção de painéis de dados sobre a atuação do Sistema de Direitos Humanos da DPU;
- Mapeamento de Demandas de Pesquisa na DPU, seguido de análise e seleção de produtos, elaboração de propostas metodológicas e desenvolvimento de estudos;
- Produção de conteúdo para curso de capacitação sobre mobilização de parcerias e de recursos.

2025

- A ser informado pela área técnica gestora.



PRÓXIMOS PASSOS

- Agenda gerida pela APPE-SIE.



Notícias

FORTALECIMENTO PARA A DEFENSORIA EM SISTEMAS DE ESTATÍSTICAS, REGISTROS DE DADOS E CAPACITAÇÕES EM LITIGÂNCIA ORAL



PROJETO



PROCESSO SEI:
08038.003661/2019-90



VIGÊNCIA:
AGUARDA ASSINATURA

RESUMO

Projeto de Cooperação Técnica Internacional entre a DPU, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Defensoria Pública Penal do Chile (DPP) e a Agência Chilena de Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (AGCID) para a realização de capacitações para defensores públicos federais cujos temas serão litigância estratégica em direitos indígenas, litigância em direitos de gênero e litigância oral. Além disso, tem por objetivo fornecimento de consultoria em gestão de estatísticas e registros de dados.

PLANO DE TRABALHO

- Realização de 3 (três) capacitações em litigância estratégica em direitos indígenas, questões de gênero e litigância oral;
- Missões técnicas sobre melhores práticas na prevenção à tortura no sistema penitenciário;
- Missão técnica sobre gestão defensorial;
- Missão final de avaliação do projeto.

RESULTADOS

2024

- Realização do curso “Litigância Estratégica Oral em matéria de defesa penal na temática de gênero”, a acontecer na Sede da DPU durante os dias 19 e 22 de março;
- Tratativas iniciadas para a construção de novo projeto.

2025

- Realização de missão de prospecção de novo projeto no mês de abril.
- Finalização das tratativas e pareceres para assinatura do projeto.



PRÓXIMOS
PASSOS

- Aguarda assinatura por parte do Governo do Chile.



Notícias

FORTALECIMENTO DO ACESSO À JUSTIÇA EM MOÇAMBIQUE



PROJETO



PROCESSO SEI:
08038.008205/2022-31



VIGÊNCIA:
AGUARDA ASSINATURA

RESUMO

Proposta da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ) do Ministério da Justiça, Assuntos Religiosos e Constitucionais de Moçambique para implementação de projeto de cooperação internacional sobre aprimoramento de serviços de acesso à justiça.

PLANO DE TRABALHO

- Em andamento ABC-IPAJ-DPU.

RESULTADOS

2023

- Tratativas avançadas com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC/MRE - missão de prospecção realizada de 13 a 17 de novembro de 2023.

2024

- Visita de cortesia do IPAJ à DPU no período de 15 a 19 de julho de 2024;
- Visita técnica do IPAJ à DPU no período de 21 a 25 de outubro de 2024.

2025

- Visitas recebidas por parte do IPAJ à DPU.
- Participação em Conferência Internacional do IPAJ em Moçambique (setembro/2025).
- Assinatura do Ajuste Complementar pelo Presidente Lula em visita a Maputo nos dias 23 e 24 de novembro.



PRÓXIMOS PASSOS

- Seleção de defensores para atuação e início da implementação do projeto.



[Notícias](#)
[Notícias](#)



[Vídeo](#)

ACESSO À JUSTIÇA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



PROJETO



PROCESSO SEI:
08038.007292/2019-12



VIGÊNCIA:
MARÇO DE 2029

RESUMO

Projeto de cooperação entre a Defensoria Pública da União, o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH) de São Tomé e Príncipe e a Agência Brasileira de Cooperação/Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) para implementação do projeto “Acesso à justiça em São Tomé e Príncipe”, que tem como prioridade a reforma da Justiça e Administração Pública de STP, com o objetivo de torná-la mais eficiente, acessível aos cidadãos e voltada para o interesse público.

PLANO DE TRABALHO

- Propostas de emendas legislativas;
- Criação da Defensoria Pública de São Tomé e Príncipe;
- Capacitações técnicas desenvolvidas para proceder ao monitoramento e à avaliação do projeto e das políticas públicas elaboradas na iniciativa.

RESULTADOS

2024

- Elaboração de proposta de plano de trabalho no âmbito do Memorando de Entendimento com o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos de São Tomé e Príncipe; realização de reunião presencial entre representantes da DPU e ABC para possibilitar alinhamento sobre os produtos, atividades e horas técnicas da minuta de projeto de cooperação com São Tomé e Príncipe.
- Elaboração de proposta para Primeira Chamada de Projetos e Iniciativas de Cooperação Triangular entre a Ibero-América e os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOPs).

2025

- Finalização da seleção de 2 (dois) defensores públicos federais para a implementação do projeto e realização de duas reuniões iniciais para organização das atividades iniciais.



PRÓXIMOS PASSOS

- Implementação do projeto com duração de 3 anos.



[Notícias](#)
[Notícias](#)

REDES MULTILATERAIS

AFILIAÇÕES

ALIANZA GLOBAL DEL OMBUDSPERSON LOCAL (AGOL)



[Acesso ao site](#)

Notícias

Em outubro de 2022, a DPU se afiliou à Alianza Global del Ombudsperson Local (AGOL). Esta Aliança objetiva fortalecer os vínculos e a cooperação entre os Ombudspersons locais e outras instituições para gerar impactos globais a favor da garantia e promoção dos direitos das pessoas e contribuir para a consolidação do Estado de Direito, a democracia e a justiça social em todo o mundo.

Resultados:

- Visitas técnicas do presidente da AGOL à DPU;
- Participação na III Edición del Congreso Internacional de Todas las Mediaciones e IV Congreso de la Alianza Global del Ombudsperson Local (AGOL).

INSTITUTO LATINOAMERICANO DEL OMBUDSMAN (ILO) DEFENSORÍAS DEL PUEBLO



Instituto Latinoamericano
del Ombudsman
Defensorías del Pueblo

[Acesso ao site](#)

[Regulamento](#)

Em novembro de 2022, a DPU se afiliou ao Instituto Latinoamericano del Ombudsman/Defensorías del Pueblo (ILO). O Instituto promove a criação de instituições que tenham autonomia institucional, com poderes legislativos próprios, seja na esfera dos estados nacionais, estados federados e municípios. Também elabora estudos conjuntos com Defensorías del Pueblo, fomenta a criação de redes com diferentes instituições defensoras dos direitos humanos e organiza atividades relacionadas à educação em direitos humanos.

Resultados:

- Adesão do DPGF como sócio;
- Participação nas Assembleias e Seminário do Instituto Latinoamericano de Ombudsman (ILO).

REDE CPLP - COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA



[Acesso ao site](#)

Notícias

Em janeiro de 2025, a DPU se afiliou à Rede de Provedores de Justiça, Comissões Nacionais de Direitos Humanos e demais Instituições de Direitos Humanos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Rede CPLP-Direitos Humanos). A rede tem o objetivo de promover e proteger os direitos humanos, além de fortalecer as Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH). Parceria realizada e gerida pelo GABDPGF.

AFILIAÇÕES

INTERNATIONAL OMBUDSMAN INSTITUTE (IOI)



Em julho de 2023, a DPU se afiliou ao International Ombudsman Institute (IOI). Criado em 1978, é a única organização global para a cooperação com mais de 200 instituições independentes de Ombudsman de mais de 100 países em todo o mundo. Em seu esforço para se concentrar na boa governança e no desenvolvimento de capacidades, o IOI apoia seus membros de três maneiras: treinamento, pesquisa e subsídios regionais para projetos.

[Acesso ao site](#)

[Notícias](#)

Resultados:

- Colaboração mensal em newsletters do IOI;
- Participação em webinários e eventos do IOI;
- Participação em pesquisas circuladas por membros;
- Encaminhamento do histórico da DPU para composição de exposição.

FEDERAÇÃO IBERO-AMERICANA DE OMBUDSPERSON (FIO)



Em outubro de 2024, a DPU passou a integrar oficialmente, como membro pleno, a Federação Ibero-Americana de Ombudsperson (FIO). O principal objetivo da Federação é promover e defender os direitos humanos por meio do intercâmbio de boas práticas, experiências e realização de estudos e relatórios sobre temas de interesse comum. A entidade também possibilita o apoio mútuo em casos de violação de direitos em âmbito internacional, cortes orçamentários e outras questões que prejudiquem a atuação de membros da rede.

A FIO é composta por quatro redes temáticas – grupos técnicos da Federação para promover o intercâmbio, a cooperação e a pesquisa –, são elas: Comunicação, Migrantes e Tráfico de Pessoas, Mulheres e Infância e Adolescência.

[Acesso ao site](#)

[Notícias](#)

Resultados:

- Organização conjunta de [webinário “Día Mundial de las Personas con Discapacidad 2024 – Construyendo un Futuro Inclusivo: Derechos y Accesibilidad para Todas las Personas”](#);
- Participação nas Redes especializadas da FIO;
- Participação em conferências e reuniões oficiais.

ASSOCIAÇÃO INTERAMERICANA DE DEFENSORIAS PÚBLICAS (AIDEF)



[REGULAMENTO](#)

[ACESSE O SITE](#)

A DPU seafilou à AIDEF no ano de 2016. Esta Associação é integrada pelas instituições de Defensorias Públicas e Associações de Defensores(as) Públicos(as) que têm a seu cargo a representação, assessoria e defesa técnica de pessoas em juízo, de acordo com as leis, constituições e tratados internacionais vigentes em cada país (Art. 2º). De tal modo, a AIDEF tem por objetivo a coordenação das entidades associadas, que permita unificar critérios de defesa pública, capacitação em matéria de defesa para um desenvolvimento intelectual e profissional de cada membro das entidades associadas.

MEMBROS



- **América do Sul:** Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela.
- **América do Norte:** México.
- **América Central:** Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Guatemala e Panamá.
- **Caribe:** República Dominicana.

CRIAÇÃO DE PROPOSTAS

- TEXTO



PRINCIPAIS RESULTADOS FOMENTADOS PELA DPU



- Articulação e participação como porta-voz em sessões anuais especiais para a Defensoria Pública da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos da Organização dos Estados Americanos - OEA;
- Organização de cursos na DPU para defensores Públicos Interamericanos e outros cursos em geral para os membros da rede;
- Aprovação de resoluções junto a OEA sobre o fortalecimento das Defensorias na região;
- Colaboração e participação em convênio com a Corte Interamericana de Direitos Humanos para indicação de defensores públicos interamericanos para atuação perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos - IDH. Seis defensores públicos federais já participaram deste programa;
- Participação ativa em reuniões anuais e congressos (cerca de quatro edições por ano online ou presenciais);
- Elaboração e implementação de projetos EUROsocial e AIDEF, com a criação da Rede de Mobilidade Humana.



[Declarações e comunicados](#)



[Notícias](#)



[Materiais](#)



[Vídeo](#)

BLOCO DE DEFENSORES PÚBLICOS OFICIAIS DO MERCOSUL (BLODEPM)



[ACESSE O SITE](#)

A DPU é membro do BLODEPM desde 2017. Constituído em 11 de setembro de 2004, o BLODEPM é uma associação civil criada pelos membros plenos do Mercosul, com o objetivo de promover o fortalecimento institucional dos defensores(as) públicos(as) dos Estados da região, estabelecendo uma coordenação interinstitucional para proteção dos direitos humanos dos litigantes em vulnerabilidade jurídica e econômica.

MEMBROS



- **Argentina:** Ministerio Público de la Defensa Argentina, Associação Nacional de Magistrados e Funcionários da Defensoria da República Argentina - Adepra.
- **Bolívia:** Serviço Plurinacional de Defensoria Pública.
- **Brasil:** Defensoria Pública da União - DPU, Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais - Anadef; Associação Nacional dos Defensores Públicos - Anadep; Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais - Condege.
- **Chile:** Defensoria Penal Pública, Associação Nacional de Defensores Penais Públicos do Chile - ADPP.
- **Paraguai:** Ministerio de la Defensa Pública de Paraguay; Associação de Defensores Públicos do Paraguai.
- **Uruguai:** Associação de Defensores Públicos de Ofício da República Oriental do Uruguai - ADEPU.
- **Venezuela:** Defensa Pública.

CRIAÇÃO DE PROPOSTAS

- TEXTO



PRINCIPAIS RESULTADOS FOMENTADOS PELA DPU



- Fomento de projetos diversos;
- Programa de intercâmbio "Pasantía" com o objetivo de realizar troca de experiências e conhecimentos jurídicos entre os membros;
- Escola Itinerante, voltada à formação de defensores(as) públicos(as);
- Participação ativa nas reuniões anuais (cerca de 3 encontros) e Congressos, implementação de projetos ao longo de todo o ano.
- Criação do Podcast BLODEPM e do portal da associação.



[Notícias](#)



[Materiais](#)



[Vídeo](#)

REUNIÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (RIPAJ)



[REGULAMENTO](#)

[ACESSE O SITE](#)

A RIPAJ foi criada pela DPU. É integrada por representantes das instituições públicas oficiais de assistência jurídica dos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Sua missão fundamenta-se nos princípios e objetivos da CPLP, servindo de relevante mecanismo de concertação político-diplomática para a intensificação dos laços de cooperação entre os países lusófonos, no âmbito bilateral e multilateral.

MEMBROS



- **África:** Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, e São Tomé e Príncipe;
- **América do Sul:** Brasil;
- **Europa:** Portugal;
- **Ásia e Oceania:** Timor-Leste.

CRIAÇÃO DE PROPOSTAS

- TEXTO



PRINCIPAIS RESULTADOS FOMENTADOS PELA DPU



- Escola de Capacitação das Instituições Públicas de Assistência Jurídica dos Países de Língua Portuguesa – ECIPAJ;
- Intercâmbio de experiências e boas práticas;
- Comunicados Conjuntos;
- Mecanismo de colaboração em assistência jurídica;
- Participação ativa em reunião (uma reunião ao ano) e projetos ao longo de todo o ano;
- Criação e atualização do website da RIPAJ;
- Publicação do Boletim Informativo RIPAJ;
- Proposta de criação de Grupo das representantes das mulheres no âmbito da RIPAJ a ser transmitida.



[Declarações e comunicados](#)



[Notícias](#)



[Materiais](#)

REUNIÃO ESPECIALIZADA DE DEFENSORES PÚBLICOS OFICIAIS (REDPO)



[REGULAMENTO](#)

[ACESSE O SITE](#)

A Reunião Especializada de Defensores Públicos Oficiais – REDPO foi criada em 2004. Trata-se de um foro oficial do Mercosul direcionado à cooperação e integração, com objetivo de promover o fortalecimento institucional das Defensorias Públicas Oficiais e colaborar na defesa dos direitos humanos e das garantias reconhecidas pelos Tratados, Legislações e Constituições Nacionais dos Membros e pelas normas do Mercosul.

MEMBROS



- **Estados Partes:** Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.
- **Estados Associados:** Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Peru, Guiana; e Suriname.

CRIAÇÃO DE PROPOSTAS

- TEXTO



PRINCIPAIS RESULTADOS FOMENTADOS PELA DPU



- Exerce a Coordenação Nacional do Brasil na REDPO;
- Utiliza ativamente o Mecanismo de Cooperação Interinstitucional entre as Defensorias Públicas Oficiais do Mercosul;
- Projeto Visita Virtual Internacional, com vistas a viabilizar a comunicação entre pessoas privadas de liberdade e seus familiares e amigos por meio do sistema de videoconferência, devido à distância geográfica;
- Criação, manutenção e atualização do website da REDPO;
- Criação da Revista Científica da REDPO;
- Criação do primeiro plano de trabalho e memorando de entendimento com a RAADH-Mercosul;
- Participação ativa em 2 (duas) reuniões anuais (online e/ou presenciais), implementação de iniciativas ao longo de todo o ano.



[Declarações e comunicados](#)



[Notícias](#)



[Materiais](#)



[Vídeo](#)

REUNIÕES E VISITAS DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DA ONU E REPRESENTANTES DA OEA À DPU - 2025



Notícia

ELISA MORGERA, RELATORA ESPECIAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - MARÇO DE 2025



Notícia

BERNARD DUHAIME, RELATOR ESPECIAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) PARA A PROMOÇÃO DA VERDADE, JUSTIÇA, REPARAÇÃO E GARANTIAS DE NÃO REPETIÇÃO - ABRIL DE 2025



Notícia

JAVIER PALUMMO, RELATOR ESPECIAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA) SOBRE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (REDESCA/CIDH) - MAIO DE 2025



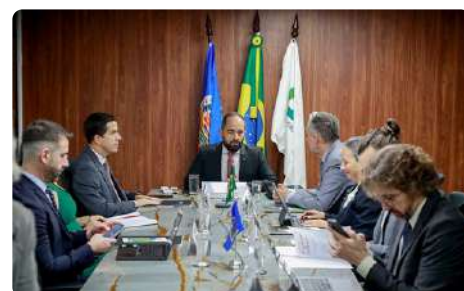
Notícia

TOMOYA OBOKATA, RELATOR ESPECIAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) SOBRE TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO - AGOSTO DE 2025





DEZEMBRO - DPU RECEBE REPRESENTANTES DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CSDH) - DEZEMBRO 2025



REUNIÕES E VISITAS DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DA ONU À DPU - 2024



MORRIS TIDBALL-BINZ, RELATOR ESPECIAL DA ONU SOBRE EXECUÇÕES SUMÁRIAS EXTRAJUDICIAIS OU ARBITRÁRIAS - MARÇO DE 2024



MARY LAWLOR, RELATORA ESPECIAL EM DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) - ABRIL DE 2024



NAJAT MAALLA M'JID, REPRESENTANTE ESPECIAL DO SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS - JUNHO DE 2024



REUNIÕES E VISITAS DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E AUTORIDADES DA ONU À DPU - 2024



Notícia

REUNIÃO COM O REPRESENTANTE DO ESCRITÓRIO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU NA AMÉRICA DO SUL JAN JARAB - JUNHO DE 2024



Notícia

ASHWINI K.P., RELATORA ESPECIAL SOBRE FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CONEXA – AGOSTO DE 2024



Notícia

GINA ROMERO, RELATORA ESPECIAL DA ONU PARA LIBERDADE DE REUNIÃO E ASSOCIAÇÃO PACÍFICA - NOVEMBRO DE 2024



GALERIA DE FOTOS - 2025



Notícia

FEVEREIRO - DEFENSORES COOPERAM EM TIMOR-LESTE EM NOVA ETAPA DE PROJETO DE COOPERAÇÃO



Notícia

JUNHO - INDÍGENAS SELECIONADOS NO PROGRAMA DE BOLSAS 2025 DA ONU CONHECEM A SEDE DA DPU EM BRASÍLIA



Notícia

AGOSTO - DPU E UNIVERSIDADE DE WISCONSIN (EUA) FORMALIZAM PARCERIA POR MEIO DE MEMORANDO DE ENTENDIMENTO



GALERIA DE FOTOS - 2025



Notícia

AGOSTO - DPU, DEFENSORÍA DEL PUEBLO DA COLÔMBIA E ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES (OIM) DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), REALIZAM CURSO 'DIREITOS HUMANOS EM CONTEXTO DE MOBILIDADE HUMANA AMBIENTAL E CLIMÁTICA'



Notícia

SETEMBRO - REUNIÃO ESPECIALIZADA DE DEFENSORIAS PÚBLICAS OFICIAIS DO MERCOSUL FOI REALIZADA EM BRASÍLIA



Notícia

OUTUBRO - REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL DA UCRÂNIA



GALERIA DE FOTOS - 2025



Notícia

OUTUBRO - DPU REFORÇA COMPROMISSO COM OS DIREITOS HUMANOS NO MERCOSUL



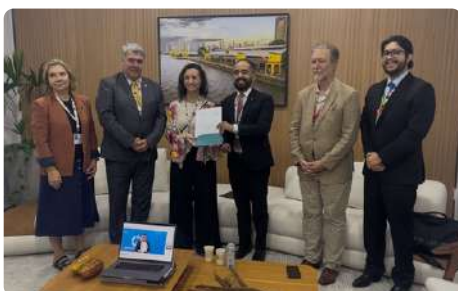
Notícia

OUTUBRO - DPU PARTICIPA DE WORKSHOP REGIONAL DA ONU NA TAILÂNDIA SOBRE ACESSO IGUALITÁRIO À ASSISTÊNCIA JURÍDICA



Notícia

NOVEMBRO - DPU ENTREGA DOCUMENTOS INTERNACIONAIS À PRESIDÊNCIA DA COP30



PUBLICAÇÕES

Revista REDPO - Mercosul



Boletim Informativo AINT



Acceso a la justicia de personas en contexto de movilidad humana



Manual de Escuta de Crianças e Adolescentes Migrantes



Brasil, país de refúgio: a atuação da defesa na temática de refúgio



PUBLICAÇÕES

Boletins de Jurisprudência sobre Direitos Humanos



Relatório de Direitos Humanos - REDPO

Boletins RIPAJ

Guia Prático para Desenvolver uma Legislação Abrangente de Combate à Discriminação

Manual para garantizar la calidad de los servicios de asistencia jurídica en los procesos de justicia penal

25 anos da Lei Brasileira de Refúgio



PUBLICAÇÕES

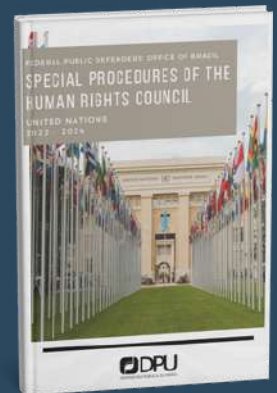
Red Interamericana de Defensa de Personas en Contexto de Movilidad



Medidas adotadas pelas Defensorias Públicas durante a pandemia de Covid-19



Contribuições da DPU à ONU



Estudos de País de Origem (EPO).



Impacto de la jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos desde la perspectiva de la defensa pública



Boletim Informativo da XXXVII REDPO



DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

Leonardo Cardoso de Magalhães

SUBEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

Marcos Antônio Paderes Barbosa

**ASSESSOR INTERNACIONAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**

Fernando Mauro Barbosa de Oliveira Junior
Telefone: + 55 61 3318-4364

**ASSESSORA INTERNACIONAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**

Daniela Correa Jacques Brauner
Telefone: + 55 61 3318-4364

CCRI: Ilana Szabó (Coordenadora),
Glauceane Bastos (Coordenadora-Substituta),
Kamilla Mayara Alvim (colaboradora), Nadyne
Cyndel de Oliveira e Joyce Milena Rodrigues
(estagiárias).

E-mail: internacional@dpu.def.br

Edição: Coordenação de Cooperação e Relações Internacionais (CCRI-AINT)

Diagramação: Joyce Milena Ferreira Rodrigues

Clique aqui e saiba mais



dpu.def.br/internacional

